

PROJETO BÁSICO

Contratação integrada de empresa especializada de engenharia para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo, bem como para a execução das obras de implantação de Parques Lineares e de obras complementares destinadas à implantação do Sistema de Macrodrenagem, nas bacias dos Rios Camaçari e Pedreiras, no Município de Camaçari/BA.

Projeto Básico: Nº 012/2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	4
1.2 NORMAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS.....	4
1.3 SUSTENTABILIDADE E CONFORMIDADE AMBIENTAL.....	4
2. OBJETO.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	5
3.1 DA INTERVENÇÃO.....	6
3.2 DO TIPO DE CONTRATAÇÃO.....	6
3.3 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO.....	6
4. LOCAL DE EXECUÇÃO.....	7
5. ESCOPO DAS ATIVIDADES.....	8
5.1 PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS.....	8
5.1.1 Levantamentos, Estudos Técnicos e Cadastro.....	8
5.1.2 Processamento, Tratamento de Dados e Apoio Técnico.....	9
5.1.3 Entregáveis Mínimos dos Projetos.....	9
5.1.4 Padrões de Qualidade e Conformidade Técnica.....	10
5.2 EXECUÇÃO DAS OBRAS	10
5.2.1 Serviços Preliminares e Preparatórios.....	10
5.2.2 Obras de Macrodrenagem e Microdrenagem.....	10
5.2.3 Implantação dos Parques Lineares.....	11
5.2.4 Obras Complementares de Infraestrutura.....	11
5.2.5 Controle de Qualidade, Comissionamento e Entrega.....	11
6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.....	12
6.1 GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS.....	12

6.2 EQUIPE TÉCNICA E SUPORTE OPERACIONAL.....	13
6.3 ENTREGA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	14
6.3.1 PRODUTOS A SEREM APRESENTADOS.....	14
7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	15
8. PRAZOS E VIGÊNCIA.....	16
8.1 VIGÊNCIA.....	16
8.2 PRAZO DE EXECUÇÃO.....	16
9. MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO.....	16
10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	19
11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA.....	19
11.1 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.....	21
12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	22
12.1 SUBCONTRATAÇÃO.....	22
12.2 CONSÓRCIO.....	23
12.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.....	24
12.4 PARCELA DE RELEVÂNCIA.....	24
12.5 VISTORIA.....	25
12.6 GARANTIA DE PROPOSTA (CONDIÇÃO DE PRÉ-HABILITAÇÃO.....	25
13. OBRIGAÇÕES.....	26
13.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	26
13.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	30
14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.....	32
15. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO.....	33
16. SANÇÕES.....	35
17 ANEXO I – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO.....	36

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer as diretrizes e condições para a contratação integrada de empresa especializada para a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como para a execução das obras de implantação de parques lineares e intervenções complementares nas áreas inseridas nas Bacias dos Rios Camaçari e Pedreiras, no Município de Camaçari/BA.

A contratação está inserida no contexto das intervenções de macrodrenagem já contratadas pela Administração, possuindo natureza complementar e funcionalmente integrada, com o objetivo de promover a requalificação urbanística, ambiental e funcional das áreas adjacentes aos cursos d'água.

O empreendimento apresenta caráter multidisciplinar, envolvendo soluções de engenharia civil, urbanismo, mobilidade urbana, recuperação ambiental e implantação de equipamentos públicos, demandando abordagem integrada entre concepção, projeto e execução.

Os elementos técnicos apresentados neste Projeto Básico possuem **caráter referencial**, compatível com o nível de detalhamento exigido para a **contratação integrada**, não implicando definição prévia e vinculante das soluções técnicas, cabendo à futura contratada o desenvolvimento dos projetos e a proposição das soluções definitivas, observados os parâmetros de desempenho estabelecidos pela Administração.

1.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei Federal Nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal Nº 15.210/2025 - Altera a Lei Federal Nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021
- Lei Complementar Municipal Nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e suas alterações posteriores;
- Lei Municipal Nº 803, de 11 de julho de 2007 – Dispõe sobre normas locais correlatas aplicáveis à matéria;
- Decreto Municipal Nº 7.903/2023 – Regulamenta dispositivos da Lei Federal Nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Camaçari/BA;

- Demais legislações federais, estaduais e municipais correlatas às obras de engenharia, ao meio ambiente, à segurança do trabalho e às contratações públicas.

1.2. Normas Técnicas e Operacionais:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cabíveis aos serviços de construção civil, com destaque para a NR-18 que recai sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Na ausência de normas brasileiras aplicáveis, deverão ser observadas as normas internacionais equivalentes, preferencialmente aquelas editadas por entidades reconhecidas, tais como a ISO (*International Organization for Standardization*) e a ASTM (*American Society for Testing and Materials*).

1.3. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental:

- A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, bem como as condições estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Camaçari (SEDUR), responsável pelo licenciamento ambiental no âmbito municipal.

2. OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação integrada de empresa especializada para a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como para a execução das obras de implantação de parques lineares e intervenções complementares nas áreas inseridas nas Bacias dos Rios Camaçari e Pedreiras, no Município de Camaçari/BA.

A contratação compreende a execução de empreendimento de natureza multidisciplinar, envolvendo soluções de engenharia, urbanização, mobilidade urbana, recuperação ambiental e implantação de equipamentos públicos, de forma integrada às obras de macrodrenagem previamente contratadas.

Os serviços deverão ser desenvolvidos a partir das diretrizes constantes do anteprojeto e deste Projeto Básico, os quais possuem caráter **referencial**, cabendo à contratada a

elaboração dos projetos e a definição das soluções técnicas definitivas, observados os parâmetros de desempenho, funcionalidade e qualidade estabelecidos pela Administração

3. JUSTIFICATIVA

3.1 DA INTERVENÇÃO

A implantação de parques lineares configura-se como instrumento estratégico de planejamento urbano e ambiental, desempenhando papel fundamental na qualificação do espaço público às margens dos Rios Camaçari e Pedreiras. Esses equipamentos urbanos atuam como elementos estruturantes da paisagem urbana e como interface entre o meio natural e o meio construído, promovendo a integração ambiental, social e urbana.

Sob a ótica ambiental, os parques lineares contribuem significativamente para a preservação e a recuperação das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, promovendo a proteção das margens, a recomposição vegetal e o controle de processos erosivos. A urbanização associada a esses parques favorece a ordenação da ocupação do solo, contribuindo para a recuperação de áreas degradadas e para a mitigação da ocupação irregular em áreas ambientalmente sensíveis.

Do ponto de vista social, os parques lineares e as áreas urbanizadas associadas ampliam o acesso da população a espaços públicos de lazer, convivência e recreação, promovendo inclusão social, bem-estar coletivo e melhoria da qualidade de vida da população local.

Adicionalmente, as intervenções propostas favorecem a valorização do espaço urbano, estimulam o desenvolvimento econômico local e impulsionam a requalificação de áreas atualmente subutilizadas ou degradadas, contribuindo para o ordenamento territorial sustentável e para a melhoria da infraestrutura urbana do Município.

3.2. DO TIPO DE CONTRATAÇÃO

A opção pela adoção do regime de execução por contratação integrada, nos termos do Art. 6º, inciso XLII, e Art. 46 da Lei Federal Nº 14.133/2021, justifica-se pelo elevado grau de complexidade técnica das intervenções envolvidas, que abrangem obras de parque linear,

urbanização, mobilidade urbana, recuperação ambiental e soluções complementares de engenharia, demandando integração entre as etapas de concepção, projeto e execução.

Nos termos da referida legislação, a contratação integrada é fundamentada na utilização de anteprojeto elaborado pela Administração, suficiente para caracterização do objeto e definição dos parâmetros de desempenho, cabendo à contratada o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como a definição das soluções técnicas definitivas.

Tal modelo mostra-se mais adequado ao presente empreendimento, considerando:

- A necessidade de compatibilização entre soluções técnicas multidisciplinares;
- A existência de variáveis de campo que demandam soluções adaptativas;
- A possibilidade de inovação e otimização técnica;
- A melhor alocação de riscos;
- A maior eficiência na execução do objeto.

Admite-se, nesse contexto, a proposição de soluções técnicas pela contratada, desde que compatíveis com os parâmetros estabelecidos e com os custos estimados pela Administração.

3.3 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO

Considerando a natureza complexa e multidisciplinar do objeto, verifica-se que a adoção isolada do critério de menor preço não se mostra suficiente para garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O objeto envolve atividades de elevada complexidade técnica, incluindo desenvolvimento de soluções de engenharia, urbanismo e recuperação ambiental, nas quais a qualidade dos projetos, a metodologia executiva, a qualificação da equipe técnica e a experiência da contratada são fatores determinantes para o sucesso da contratação.

Nesse contexto, justifica-se a adoção do critério de julgamento por técnica e preço, nos termos dos Arts. 33, inciso IV, e 36 da Lei Nº 14.133/2021, permitindo a avaliação conjunta da qualidade técnica das propostas e de sua economicidade.

A ponderação de 60% (sessenta por cento) para a proposta técnica e 40% (quarenta por cento) para a proposta de preço mostra-se adequada e proporcional, considerando que:

- A qualidade técnica impacta diretamente o desempenho do empreendimento;
- Falhas técnicas podem gerar retrabalho, aditivos e custos adicionais;
- O objeto exige soluções não padronizadas e elevada capacidade técnica.

Ressalta-se que a avaliação técnica observará critérios objetivos e previamente definidos em edital, assegurando isonomia, transparência, julgamento objetivo e ampla competitividade.

Dessa forma, a adoção do critério técnica e preço revela-se a alternativa mais adequada para assegurar a melhor relação custo-benefício para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

Sede do Município de Camaçari, conforme mapa de intervenção anexo.

5. ESCOPO DAS ATIVIDADES

5.1 PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS

O escopo dos serviços a serem contratados encontra-se detalhado, quantificado e estruturado na Planilha Orçamentária Sintética, organizada conforme a Estrutura Analítica do Projeto (EAP) que integra o Estudo Técnico Preliminar, devendo ser integralmente executado por empresa especializada, em estrita observância às normas técnicas vigentes, em especial às normas da ABNT aplicáveis, bem como às diretrizes técnicas da Secretaria de Infraestrutura.

Os serviços estão organizados em pacotes de trabalho compatíveis com a EAP, compreendendo, no mínimo, as seguintes etapas:

5.1.1 Levantamentos, Estudos Técnicos e Cadastros Necessários aos Projetos

Abrange a execução de todos os levantamentos, estudos técnicos e cadastros indispensáveis à elaboração dos Projetos Básicos e Executivos, em conformidade com o objeto da contratação integrada, incluindo, entre outros:

- Levantamentos planialtimétricos e planialtimétricos georreferenciados, em conformidade com o Sistema Geodésico Brasileiro – SGB (SIRGAS 2000);
- Levantamentos cadastrais, urbanos e ambientais, contemplando elementos naturais e artificiais existentes, tais como vias, quadras, edificações, muros, cercas, postes, redes de infraestrutura urbana (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia, telecomunicações), mobiliário urbano, equipamentos públicos, cursos d'água, margens, taludes e demais feições relevantes ao planejamento e aos projetos de engenharia;
- Levantamentos e inspeções hidrológicas, hidráulicas, geotécnicas, geológicas e ambientais, quando aplicáveis, necessários ao dimensionamento das soluções de macrodrenagem, microdrenagem, contenções, obras de arte especiais e urbanização;
- Identificação, implantação e materialização de pontos de apoio topográfico e geodésico;
- Coleta de dados para geração de curvas de nível, perfis longitudinais e transversais, modelos digitais de terreno (MDT/DEM), ortofotos e bases cartográficas, quando aplicável.

5.1.2 Processamento, Tratamento de Dados e Apoio Técnico aos Projetos

Compreende o processamento, análise e integração dos dados obtidos em campo, bem como o apoio técnico necessário ao desenvolvimento dos Projetos Básicos e Executivos, incluindo:

- Elaboração de plantas, pranchas, croquis, memoriais descritivos, relatórios técnicos, estudos e arquivos digitais, compatíveis com softwares técnicos e metodologia BIM, quando aplicável (DWG, DXF, SHP, IFC, PDF, entre outros);
- Processamento e consolidação dos dados topográficos, geotécnicos, hidrológicos, hidráulicos, ambientais e urbanos, com geração de modelos, simulações, cálculos e subsídios técnicos necessários ao dimensionamento dos projetos de engenharia;
- Compatibilização técnica entre as diversas disciplinas de projeto (drenagem, saneamento, urbanização, estruturas, geotecnia, obras de arte especiais, paisagismo e mobilidade);
- Adequações, complementações e revisões dos levantamentos, estudos e produtos técnicos, sempre que solicitadas pela fiscalização;

- Apoio técnico às equipes da Administração e da fiscalização para análises técnicas, esclarecimentos, ajustes de projeto e suporte à tomada de decisão.

5.1.3 Entregáveis Mínimos dos Projetos

Constituem produtos mínimos obrigatórios dos serviços técnicos:

- Bases técnicas e cartográficas utilizadas na elaboração dos projetos;
- Plantas, perfis, seções, modelos digitais e demais elementos gráficos necessários à completa caracterização das soluções adotadas;
- Modelos digitais de terreno (MDT/DEM) e demais modelos de apoio aos projetos;
- Arquivos digitais em formatos editáveis, compatíveis com os sistemas utilizados pela Administração;
- Relatórios técnicos contendo metodologia aplicada, dados utilizados, parâmetros adotados, resultados obtidos, memórias de cálculo e registro de ocorrências relevantes;
- Declaração ou certificação de atendimento às normas técnicas e aos parâmetros de precisão e qualidade exigidos.

5.1.4 Padrões de Qualidade e Conformidade Técnica

- Todos os serviços técnicos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes, às diretrizes do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e aos critérios de aceitabilidade definidos pela Administração, garantindo qualidade, confiabilidade, rastreabilidade e integridade das informações;
- A CONTRATADA deverá manter equipe técnica multidisciplinar qualificada durante toda a execução dos serviços, com responsáveis técnicos legalmente habilitados e registrados no CREA, respondendo tecnicamente pelos estudos, projetos e produtos desenvolvidos.

5.2 EXECUÇÃO DAS OBRAS

A execução das obras compreende todos os serviços necessários à implantação dos parques lineares, à execução do sistema de macrodrenagem, da microdrenagem associada e das obras complementares, conforme detalhamento constante na Planilha Orçamentária, EAP,

cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram este Projeto Básico. As obras deverão ser executadas em estrita conformidade com os Projetos Executivos aprovados, normas técnicas vigentes, legislações urbanísticas e ambientais aplicáveis e diretrizes da Secretaria de Infraestrutura.

5.2.1 Serviços Preliminares e Preparatórios

- Implantação, operação e desmobilização de canteiro de obras;
- Serviços de limpeza, desobstrução, demolições, remoções e adequações iniciais necessárias;
- Sinalização provisória, cercamento e medidas de segurança do trabalho.

5.2.2 Obras de Macrodrenagem e Microdrenagem

- Implantação e adequação de sistemas de microdrenagem urbana;
- Execução de obras hidráulicas associadas, conforme projetos executivos.

5.2.3 Implantação dos Parques Lineares

- Urbanização das margens dos rios, incluindo passeios, ciclovias, áreas de lazer e convivência;
- Implantação de mobiliário urbano, paisagismo e áreas verdes;
- Execução de obras de contenção e proteção das margens.

5.2.4 Obras Complementares de Infraestrutura

- Implantação de redes coletoras de esgotamento sanitário e drenagem associada;
- Execução, construção e requalificação de vias de acesso;
- Construção e requalificação de pontes e demais estruturas necessárias.

5.2.5 Controle de Qualidade, Comissionamento e Entrega

- Ensaios, testes, verificações e controles tecnológicos;
- Elaboração de documentação “*as built*”;
- Limpeza final, desmobilização e entrega das obras em condições de pleno uso.

As quantidades apresentadas possuem caráter estimativo e referencial, tendo sido definidas com base em parâmetros técnicos e nas diretrizes do anteprojeto, não se configurando como valores vinculantes para a execução do objeto.

No âmbito da contratação integrada, caberá à contratada o desenvolvimento dos projetos e o detalhamento das soluções técnicas, podendo haver ajustes nos quantitativos, desde que mantidos os parâmetros de desempenho e a funcionalidade do empreendimento.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá observar integralmente a legislação vigente, em especial a Lei Federal Nº 14.133/2021, as normas técnicas da ABNT, bem como, quando aplicável, normas internacionais reconhecidas, tais como ISO, ASTM ou equivalentes, na ausência de normas brasileiras específicas.

Os serviços e obras deverão observar as diretrizes e parâmetros técnicos estabelecidos neste Projeto Básico, de caráter referencial, em seus anexos, nos Projetos Executivos aprovados, nas Ordens de Serviço emitidas pela Contratante e nas diretrizes técnicas e operacionais por ela definidas, respeitando-se os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, qualidade técnica, segurança, sustentabilidade e interesse público.

A CONTRATADA deverá alocar todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, tecnologias e insumos necessários à adequada execução do objeto, observando os requisitos mínimos de qualificação técnica previstos neste Projeto Básico nas quais serão definidos o escopo e na Planilha Orçamentária Referencial, sem prejuízo da adoção de metodologias próprias que assegurem o pleno cumprimento do objeto contratado.

6.1 GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS

A elaboração dos projetos e a execução das obras serão integralmente gerenciadas e coordenadas pela CONTRATADA, que deverá assegurar a compatibilização entre projetos, o adequado planejamento das frentes de serviço e o atendimento aos prazos e padrões de qualidade estabelecidos.

A CONTRATADA deverá atuar em permanente articulação técnica com os representantes designados pela CONTRATANTE, mantendo fluxo contínuo de informações, reuniões técnicas periódicas e suporte às atividades de fiscalização.

A execução do objeto dar-se-á mediante emissão de Ordens de Serviço específicas, em conformidade com o escopo previamente definido neste Projeto Básico e no anteprojeto, os prazos, as etapas de execução, os produtos esperados e demais condições aplicáveis, observando-se o planejamento operacional e o cronograma físico-financeiro aprovados.

A CONTRATANTE, por meio de seus fiscais e gestores do contrato, poderá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e das obras em qualquer de suas fases, solicitar esclarecimentos, informações técnicas, ajustes e correções necessárias, nos termos do art. 117 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem que isso implique corresponsabilidade pela execução do objeto.

As condições de execução ora estabelecidas possuem caráter orientativo e referencial, não implicando restrição à adoção de metodologias, tecnologias ou soluções técnicas distintas pela contratada, desde que atendidos os parâmetros de desempenho, qualidade e funcionalidade definidos pela Administração

6.2 EQUIPE TÉCNICA E SUPORTE OPERACIONAL

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, equipe técnica multidisciplinar devidamente habilitada e qualificada, compatível com a natureza, complexidade e porte do objeto, incluindo profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos, pela execução das obras e pelo controle da qualidade.

A equipe deverá contar com responsáveis técnicos legalmente habilitados e registrados no CREA, respondendo tecnicamente pelos serviços e obras executados, bem como com equipe de apoio técnico, administrativo e operacional necessária ao adequado suporte do contrato.

Qualquer substituição de profissionais da equipe técnica deverá ser previamente comunicada e formalmente aprovada pela CONTRATANTE, devendo ser assegurada a manutenção do nível técnico exigido, em conformidade com as disposições contratuais e legais.

6.3 ENTREGA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Os produtos técnicos, projetos, relatórios, documentos “*as built*” e demais entregáveis decorrentes da execução do objeto deverão ser apresentados conforme definido neste Projeto Básico, nas Ordens de Serviço e no cronograma físico-financeiro aprovado.

A entrega deverá priorizar o formato digital, em padrões compatíveis com os sistemas adotados pela Administração, sem prejuízo da apresentação em meio físico quando expressamente solicitado pela Fiscalização.

Os projetos, relatórios e documentos técnicos deverão ser apresentados de forma organizada, padronizada e compatível com a formação de acervo técnico digital, assegurando rastreabilidade, atualização e reutilização das informações pela Administração.

6.3.1 Produtos a serem apresentados

a) Relatórios mensais de andamento

A CONTRATADA deverá apresentar Relatórios Mensais de Andamento, vinculados às medições mensais, contendo:

- Descrição detalhada dos serviços e obras executados no período;
- Evolução física e financeira por etapa da EAP;
- Registro dos principais eventos ocorridos no período;
- Documentação fotográfica representativa da execução, preferencialmente com fotos georreferenciadas;
- Identificação de riscos, interferências e medidas corretivas adotadas;
- Previsão das atividades a serem desenvolvidas no período subsequente.

Esses relatórios deverão permitir à Fiscalização o acompanhamento sistemático da execução e subsidiar a tomada de decisões durante a vigência contratual.

b) Relatórios de produto e documentos técnicos

Os Relatórios de Produto compreenderão aqueles relativos aos estudos, levantamentos, projetos, análises técnicas, pareceres, memoriais e documentação de obra.

b.1 Relatórios Específicos

Ao final de cada etapa relevante, deverão ser elaborados Relatórios Específicos, submetidos à análise da Fiscalização em versão preliminar. Após o prazo de 15 (quinze) dias corridos, e incorporadas as eventuais manifestações da Fiscalização, os documentos deverão ser apresentados em versão definitiva.

Os relatórios deverão descrever os serviços realizados, os resultados obtidos, as metodologias adotadas, as memórias de cálculo e, quando aplicável, recomendações técnicas para etapas subsequentes.

b.2 Relatórios Mensais de Medição

Os relatórios de medição deverão apresentar os quantitativos executados no período, correlacionados à EAP, às planilhas orçamentárias e ao cronograma físico-financeiro, servindo de base para aferição dos serviços e das obras executadas.

c) Apresentação dos documentos

Os relatórios e documentos técnicos deverão ser entregues, preferencialmente, em meio digital, em formatos compatíveis com os softwares adotados pela Administração, tais como Word, Excel, AutoCAD, PDF, entre outros pertinentes, devendo ser explicitados os softwares utilizados.

Quando exigida a entrega impressa, os documentos deverão estar em formato A4, com identificação da empresa contratada e do empreendimento.

Deverão ainda ser observadas as orientações específicas de agentes financiadores, órgãos de controle e demais entidades intervenientes, quando aplicáveis, que serão formalmente comunicadas pela Administração.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O presente certame adota o critério de julgamento **Técnica e Preço**, conforme disposto no Art. 36 da Lei Federal Nº 14.133/2021, em razão da complexidade do objeto. O critério de julgamento adotado encontra-se plenamente alinhado ao Estudo Técnico Preliminar que

fundamenta a presente contratação, assegurando coerência entre os atos preparatórios e o procedimento licitatório.

A avaliação das propostas obedecerá à seguinte ponderação:

- **Proposta Técnica:** 60% (sessenta por cento);
- **Proposta de Preço:** 40% (quarenta por cento).

A pontuação final de cada proponente corresponderá a 100% (cem por cento).

A proposta de preços será avaliada de forma integrada à proposta técnica, compondo a pontuação final do licitante, nos termos do critério de julgamento por técnica e preço. A aferição da proposta econômica considerará sua compatibilidade com o orçamento estimado pela Administração e sua vantajosidade, sendo a metodologia de pontuação e classificação detalhada em anexo a este projeto básico.

A pontuação técnica considerará, entre outros critérios definidos neste documento, os seguintes aspectos:

- a) Metodologia e plano de execução propostos;
- b) Qualificação e experiência da equipe técnica;
- c) Experiência prévia da empresa em obras similares;
- d) Inovações tecnológicas aplicáveis ao objeto;
- e) Atendimento às diretrizes ambientais e de sustentabilidade.

As regras detalhadas de pontuação e a forma de comprovação dos critérios técnicos constarão do edital de licitação e de seus anexos específicos, em especial no Anexo I de Critérios de Avaliação Técnica.

8. PRAZOS E VIGÊNCIA

8.1 VIGÊNCIA

O prazo de vigência/duração do CONTRATO é de 26 (vinte e seis) meses a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto nos Art. 106 da Lei Nº 14.133/2021.

8.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

Conforme o Cronograma Físico-Financeiro, o prazo total estimado para execução dos projetos e da obra é de 24 (vinte e quatro) meses, com etapas mensais de execução física e desembolso financeiro, contados a partir da ordem de serviço – OS.

9. MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

a. O pagamento pelos serviços efetivamente executados e aceitos, será baseado nos valores constantes na proposta aprovada da CONTRATADA, em conformidade com os critérios e condições estabelecidos neste Projeto Básico;

b. Os preços contratados, calculados por solução globalizada, deverão abranger integralmente todas as despesas associadas à execução dos serviços, incluindo: canteiro de obras, sinalização provisória, mobilização, desmobilização, mão de obra, insumos, transporte, encargos trabalhistas, tributos, taxas, custos indiretos, seguros, bonificações, taxa de risco, despesas administrativas e lucro, não cabendo qualquer pagamento adicional, salvo os previstos em lei ou expressamente pactuados em termo aditivo;

c. O pagamento será realizado com base na aferição dos marcos de execução física constantes do Cronograma Físico-Financeiro e do Eventograma a serem elaborados e reapresentados pela CONTRATADA após a assinatura do contrato, os quais deverão ser submetidos à análise e aprovação da Fiscalização. Para fins de medição e pagamento, serão considerados exclusivamente os marcos definidos nos instrumentos aprovados, não se vinculando a CONTRATANTE ao eventograma constante do edital, que possui caráter meramente referencial. Os marcos serão aferidos conforme o efetivo cumprimento dos entregáveis associados a cada etapa, sendo devido pagamento apenas pelas etapas concluídas, aferidas e aprovadas pela Fiscalização, com anuência da Gerenciadora;

d. Após a aferição e aprovação da medição, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal eletrônica, protocolada junto à CONTRATANTE, contendo o detalhamento dos serviços executados, os quais serão atestados pela fiscalização;

e. A liberação do pagamento estará condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, de sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, além da

apresentação dos documentos técnicos, seguros, garantias contratuais e demais exigências previstas no edital;

f. Após a apresentação do Relatório de Medição Mensal pela CONTRATADA, com base nas etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro aprovado, a Contratante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder à conferência, análise e emissão de manifestação formal quanto à aceitação ou necessidade de correção da medição;

g. Valores correspondentes a serviços rejeitados, recusados ou executados em desacordo com as especificações, serão retidos e só serão pagos após a devida reexecução e aceitação formal pela fiscalização, sem direito a reajuste adicional;

h. Nenhum pagamento será processado sem a emissão prévia do respectivo Relatório de Medição, devidamente conferido e aprovado;

i. Constatada irregularidade cadastral ou fiscal da CONTRATADA, esta será formalmente notificada para apresentação de justificativa e regularização em prazo definido, sob pena de suspensão de pagamentos;

j. O pagamento das medições não isenta a CONTRATADA das obrigações contratuais, tampouco constitui aceitação definitiva dos serviços, que permanecerão sob responsabilidade da CONTRATADA até o recebimento definitivo da obra;

k. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura (na forma da legislação em vigor), devidamente atestada pelo órgão solicitante, correspondente aos serviços efetivamente fornecidos e medidos parcialmente conforme ordens de serviços emitidas e respectivos boletins de medição;

l. Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura devidamente corrigida;

m. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço;

n. Os Boletins de Medição deverão ser elaborados pela CONTRATADA e entregues até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês de execução dos respectivos serviços, tendo como base:

- As Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização;
- Os Relatórios de Andamento das frentes liberadas;
- E os marcos físicos definidos no Eventograma e no Cronograma Físico-Financeiro aprovado

o. Todo equipamento permanente ou componente especial (ex: dispositivos hidráulicos) será considerado executado quando instalado, testado e aprovado. O pagamento se dará conforme segue:

- 90% com a montagem e funcionamento aprovado;
- 10% após os testes finais e emissão de laudo pela fiscalização;

A liberação da última medição e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo somente ocorrerão após a entrega e aprovação formal de todos os documentos técnicos e “As Built” pela fiscalização da SEINFRA.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total estimado para a contratação é de: **R\$ 116.131.673,20** (cento e dezesseis milhões, cento e trinta e um, seiscentos e setenta e três e vinte centavos).

Projeto/ Atividade: 1186

Elemento de Despesa: 449051

Fonte: 1500 / 1700

11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do Art. 67 da Lei Federal Nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica têm por finalidade comprovar que a licitante possui qualificação técnica compatível com a adequada execução do objeto contratual.

a) Registro em entidade profissional:

A licitante deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição com validade vigente, tanto da empresa quanto de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), correspondente à sua área de atuação.

b) Atestados de capacidade técnica:

b.1) Capacidade técnico-operacional:

Apresentar **atestado** em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado, sendo exigida, a comprovação da execução dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA OU HIDRÁULICA (EX.: DRENAGEM, MACRODRENAGEM, URBANIZAÇÃO, PARQUES LINEARES OU SIMILARES), COM INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS	UN	1
2	SERVIÇOS DE CANALIZAÇÃO E/ OU CONTENÇÃO COM EXECUÇÃO DE FUNDO COM PEDRA RACHÃO OU ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA OU CONCRETO ARMADO	M3	2.092,84
3	EXECUÇÃO DE OBRA DE ARTE TIPO PONTE E/OU VIADUTO EM CONCRETO ARMADO	UN	1
4	CONCRETO ESTRUTURAL FCK = 40MPA	M3	738,58
5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO	M3	2563,16
6	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADUTORA D=400MM OU D=600MM	M	80

b.2) Capacidade técnico-profissional:

Apresentar **atestado** em nome do(s) profissional(is) que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução contratual, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo a serviços compatíveis com o objeto licitado, devidamente registrado no conselho profissional competente e acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, contendo os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA OU HIDRÁULICA (EX.: DRENAGEM, MACRODRENAGEM, URBANIZAÇÃO, PARQUES LINEARES OU SIMILARES), COM INTERVENÇÕES EM ÁREAS URBANAS	UN
2	SERVIÇOS DE CANALIZAÇÃO E/ OU CONTENÇÃO COM EXECUÇÃO DE FUNDO COM PEDRA RACHÃO OU ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA OU CONCRETO ARMADO	M3
3	EXECUÇÃO DE OBRA DE ARTE TIPO PONTE E/OU VIADUTO EM CONCRETO ARMADO	UN
4	CONCRETO ESTRUTURAL FCK = 40MPA	M3
5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO	M3
6	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADUTORA D=400MM OU D=600MM	M

11. 1 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição responsável contendo: CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função do signatário, bem como descrição do objeto, das atividades realizadas e o período da execução contratual.
- Será aceito atestado único que contemple tanto a licitante quanto o(s) responsável(eis) técnico(s), desde que ambos estejam expressamente mencionados no documento.

- c. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante, pela própria licitante ou por empresas nas quais figurem como sócios ou diretores pessoas que também integrem a licitante.
- d. Serão preferencialmente aceitos atestados de capacidade técnica relacionados ao objeto licitado ou a serviços similares, tais como: urbanização, execução de estruturas metálicas.
- e. Para fins de comprovação da qualificação técnica exigida neste Projeto Básico, os **atestados de capacidade técnica** apresentados pelas licitantes deverão observar, **obrigatoriamente**, as seguintes disposições:
 - Os atestados deverão estar **claramente identificados**, com destaque visual (grifo, marcação, etiqueta ou outro meio inequívoco) **exatamente nos trechos que comprovem o atendimento às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, conforme definidas neste Projeto Básico.
 - A licitante deverá apresentar, **em conjunto com os atestados, tabela-resumo de correlação**, contendo, no mínimo:
 - descrição do serviço exigido no Projeto Básico;
 - descrição do serviço constante no atestado;
 - quantitativo exigido;
 - quantitativo comprovado;
 - número do atestado correspondente;
 - **número(s) da(s) página(s)** do documento onde o serviço e o quantitativo podem ser localizados.
 - A ausência da tabela de correlação, bem como a não identificação clara das informações relevantes nos atestados apresentados, poderá ensejar a não consideração do documento para fins de habilitação, por dificultar ou impedir a verificação objetiva do atendimento às exigências técnicas.
 - Não será admitida interpretação extensiva ou presunção de atendimento a partir de informações genéricas, sendo responsabilidade exclusiva da licitante

demonstrar, de forma clara, objetiva e verificável, a compatibilidade entre os serviços executados e o objeto licitado.

- f. Indicação de equipe técnica e infraestrutura: Indicação do responsável técnico e da equipe técnica chave, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica chave que se responsabilizará pelos trabalhos. Os profissionais da equipe chave indicados pelo licitante deverão participar do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
- g. Declaração de conhecimento das condições locais: A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações contratadas;
- h. Declaração de Conformidade Ambiental: A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que os materiais de origem mineral (tais como areia, brita, cascalho, argila e outros) a serem empregados na execução dos serviços previstos na planilha orçamentária serão adquiridos de jazidas, pedreiras ou usinas que possuam licença ambiental emitida pelo órgão competente, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO, nas seguintes condições, conforme Lei Municipal nº 803 de 11 de julho de 2007.

- A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.2 CONSÓRCIO

Considerando a natureza e a complexidade do objeto da presente contratação, que exige execução uniforme, atuação coordenada e adequada capacidade técnico-operacional, **será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no certame**, desde que observadas as seguintes condições:

- Apresentação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas;
- Indicação da empresa líder do consórcio, que será a responsável pela representação perante a Administração e pela condução das relações contratuais;
- Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações assumidas no âmbito da licitação e da execução contratual;
- Vedação à participação de empresa consorciada isoladamente no certame ou integrando mais de um consórcio na mesma licitação;

- Apresentação, por cada empresa consorciada, dos documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista;
- Comprovação da qualificação técnico-operacional e da qualificação econômico-financeira na forma estabelecida no edital, admitida a soma dos quantitativos e capacidades entre as empresas consorciadas, quando pertinente.

Dessa forma, **em consonância com o disposto no Art. 15 da Lei Federal Nº 14.133/2021**, admite-se a participação de consórcios, medida que amplia a competitividade do certame e possibilita a conjugação de capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras necessárias à adequada execução do objeto, garantindo maior segurança técnica e jurídica à contratação.

12.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos Arts. 96 a 102 da Lei Nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do CONTRATO.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do CONTRATO.

O CONTRATO oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

12.4 PARCELA DE RELEVÂNCIA

Considerando a natureza do objeto licitado e a análise da Curva ABC de Serviços, identificaram-se itens de alta representatividade no custo total da contratação, além de demandarem domínio técnico e operacional especializado.

Dentre os serviços listados, destacam-se como parcelas de maior relevância técnica aquelas indicadas no item 11.

Essas parcelas, além de expressivas em valor, são estruturalmente essenciais, exigindo conhecimento técnico comprovado, capacidade de planejamento, gestão de recursos e

execução conforme as normas técnicas aplicáveis às edificações. A falha na execução de qualquer desses serviços compromete diretamente a integridade física das estruturas, o conforto dos usuários e a continuidade dos serviços públicos ofertados nesses espaços.

Dessa forma, faz-se necessária a exigência de comprovação de experiência anterior na execução dessas parcelas, como condição de habilitação técnica das licitantes, nos termos do Art. 67, §1º da Lei Federal Nº 14.133/2021, que permite exigir aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, notadamente aquelas tecnicamente mais relevantes.

De acordo com o **Art. 67, §1º, Lei Federal 14.133/2021**, “Poderá ser exigida dos licitantes a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, inclusive por meio da exigência de que a pessoa jurídica tenha executado anteriormente parcela de relevância técnica.”

A adoção desse critério busca assegurar a seleção de empresas tecnicamente aptas, reduzindo riscos contratuais, garantindo a execução conforme os padrões estabelecidos e protegendo o interesse público por meio da adequada aplicação dos recursos municipais.

12.5 VISTORIA

Caso a licitante deseje, poderá realizar visita técnica ao local de execução dos serviços. A comprovação da visita será emitida pela **Secretaria da Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Camaçari (SEINFRA)**, devendo ocorrer anteriormente à data de apresentação da proposta.

A visita técnica deverá ser agendada previamente pelo telefone (71) 3644-9704, ou pelo email gabinete.seinfra@camacari.ba.gov.br.

Para a realização da visita, o representante da empresa interessada deverá apresentar declaração emitida pela licitante, comprovando seu credenciamento e autorização para representá-la.

Não será permitida a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

12.6 GARANTIA DE PROPOSTA (CONDIÇÃO DE PRÉ-HABILITAÇÃO)

Nos termos do Art. 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, será exigida, como condição de participação no certame, a apresentação de garantia de proposta, com prazo de validade mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Conforme o disposto no § 4º do Art. 58 da Lei Nº 14.133/2021, a garantia de proposta poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da referida Lei.

Para fins de manutenção da condição de proponente habilitada e de regular participação no certame, as licitantes que apresentarem propostas deverão, obrigatoriamente, anexar a garantia de proposta no próprio sistema eletrônico de licitações, sob pena de inabilitação, inclusive aplicação das sanções administrativas cabíveis, para apuração de eventual declaração falsa ou conduta inidônea perante o Município.

13. OBRIGAÇÕES:

13.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1.1 Apresentação de Relatórios, Laudos Técnicos e Documentação

A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, **Relatório Técnico Mensal** referente aos serviços e obras executados no período, contendo, no mínimo:

- a) Identificação das datas de execução dos serviços e das respectivas Ordens de Serviço;
- b) Identificação do responsável técnico pela execução, com indicação do profissional habilitado e das respectivas **ARTs ou RRTs**, quando aplicável;
- c) Descrição detalhada dos serviços, estudos, projetos e obras realizados, em conformidade com o escopo definido nas Ordens de Serviço e no cronograma aprovado;
- d) Registro das condições das áreas, unidades ou frentes de obra atendidas, indicando, quando pertinente, necessidades de adequações, ajustes técnicos ou correções;

- e) Registro das ocorrências verificadas no período, incluindo intervenções corretivas, preventivas ou emergenciais eventualmente realizadas;
- f) Análise de ocorrências extraordinárias e apresentação de **propostas técnicas de melhoria**, visando maior eficiência, segurança, durabilidade e confiabilidade das soluções adotadas;
- g) Registro fotográfico representativo das atividades executadas e das condições verificadas, preferencialmente com georreferenciamento, quando aplicável;
- h) Nos casos em que não houver ocorrências relevantes, deverá constar expressamente a anotação “**sem ocorrências**”, com data e identificação do responsável técnico.

13.1.2 Execução Contratual, Responsabilidade Técnica e Representação

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir fielmente o presente Contrato, o Termo de Referência, o Projeto Básico e os demais documentos técnicos, executando os serviços e obras sob sua **inteira responsabilidade**, dentro dos prazos e condições acordados;
- b) Manter, durante toda a execução contratual, **representante legal e técnico qualificado**, com poderes para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE;
- c) Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que apresente desempenho técnico insuficiente ou comportamento incompatível com a execução dos serviços;
- d) Comunicar imediatamente e por escrito à CONTRATANTE qualquer anormalidade, interferência ou risco identificado na execução dos serviços ou das obras;
- e) Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

13.1.3 Recursos Humanos, Materiais e Segurança do Trabalho

A CONTRATADA deverá:

- a) Manter pessoal devidamente capacitado, uniformizado, identificado com crachá funcional e em conformidade com as **Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho**, utilizando EPIs e EPCs adequados;
- b) Executar todos os serviços e obras previstos neste Termo, utilizando materiais, equipamentos e sistemas previamente aprovados pela CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los quando não atenderem às especificações técnicas;
- c) Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, quaisquer materiais ou serviços rejeitados pela fiscalização;
- d) Assumir integral responsabilidade por transporte, mobilização, desmobilização, logística e demais despesas necessárias à execução do objeto.

13.1.4 Regularidade Legal, Ambiental e Profissional

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter, durante toda a vigência contratual, todas as **condições de habilitação e qualificação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental** exigidas na licitação;
- b) Registrar o contrato no **CREA/BA ou CAU/BA**, arcando integralmente com os custos correspondentes;
- c) Apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da Ordem de Serviço inicial, as respectivas **ARTs ou RRTs**, devidamente quitadas;
- d) Apresentar declaração de origem de materiais minerais, comprovando que são provenientes de jazidas devidamente licenciadas;
- e) Cumprir integralmente a legislação ambiental, de resíduos sólidos, segurança do trabalho e demais normas técnicas aplicáveis.

13.1.5 Projetos, Subcontratação e Produtos Finais

Compete ainda à CONTRATADA:

- a) Elaborar os **Projetos Básicos e Executivos** em conformidade com as normas da ABNT, diretrizes da Prefeitura Municipal de Camaçari, anteprojetos, memoriais descritivos, planilhas, cadernos de encargos e eventogramas;
- b) Subcontratar apenas mediante autorização prévia da CONTRATANTE, permanecendo integralmente responsável pelos serviços subcontratados;
- c) Elaborar e entregar, ao final do contrato, **manual de uso e operação, databook, projetos “as built” em plataforma BIM, manuais técnicos e garantias**, conforme exigido no Termo de Referência.

13.1.6 Obrigações Técnicas Específicas Relacionadas aos Levantamentos e Projetos

No que se refere aos levantamentos, estudos e projetos de engenharia, a CONTRATADA deverá:

- a) Assegurar que todos os levantamentos e estudos sejam executados com precisão compatível com as normas técnicas vigentes, garantindo confiabilidade e rastreabilidade dos dados;
- b) Utilizar equipamentos calibrados e adequados, mantendo-os em perfeitas condições de operação;
- c) Adotar medidas para evitar interferências, riscos à segurança, impactos ambientais e inconsistências técnicas;
- d) Garantir a sinalização, organização e limpeza das áreas de trabalho, removendo materiais provisórios ao final das atividades;
- e) Entregar todos os produtos técnicos conforme os padrões exigidos pela Administração, incluindo plantas, memoriais, relatórios técnicos, arquivos digitais e documentação de validação.

13.1.7 Documentação de Obra e Controle Técnico

A CONTRATADA deverá manter disponível à fiscalização, em canteiro de obras ou meio digital oficial:

- a) Projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e caderno de encargos, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos;
- b) Contratos, termos aditivos, **Diário de Obra ou Livro de Ordem**, relatórios ambientais, **PGR**, registros de controle de qualidade e demais documentos exigidos contratualmente.

13.2 DA CONTRATANTE

13.2.1 Acompanhamento, Fiscalização e Gestão Contratual

Compete à CONTRATANTE acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, de modo a assegurar o fiel cumprimento das condições pactuadas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, projetos e obras, em todas as suas fases, verificando a conformidade com o Contrato, o Termo de Referência, o Projeto Básico, os Projetos Executivos aprovados e demais documentos técnicos;
- b) Conferir as **Notas Fiscais/Faturas**, os Relatórios Técnicos, os Boletins de Medição, as Memórias de Cálculo, os Relatórios Fotográficos e demais documentos exigidos para fins de pagamento, procedendo ao respectivo **atesto**, que certifica o recebimento provisório dos serviços executados;
- c) Designar formalmente **representante(s) da Administração**, gestor(es) e fiscal(is) do contrato, devidamente habilitados, para acompanhar, fiscalizar, aferir, atestar e registrar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2 Ordens de Serviço e Direcionamento da Execução

São atribuições da CONTRATANTE:

- a) Ativar, suspender ou desativar o contrato mediante emissão de **Ordem de Serviço**, expedida pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, definindo os serviços autorizados, os prazos de execução, as frentes de trabalho e demais condições operacionais;
- b) Emitir **Ordens de Serviço parciais ou complementares**, quando necessário, autorizando a execução progressiva das etapas do objeto, as quais integrarão a documentação comprobatória da execução, juntamente com os Boletins de Medição, Memórias de Cálculo e Relatórios Fotográficos do “antes e depois”;
- c) Prestar orientações técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução do contrato, sempre que houver interface entre as atividades da CONTRATANTE e os empregados ou prepostos da CONTRATADA.

13.2.3 Controle de Qualidade, Aceitação e Rejeição de Serviços

Compete ainda à CONTRATANTE:

- a) Verificar a qualidade técnica dos serviços, projetos e obras executados, podendo solicitar ensaios, testes, esclarecimentos, ajustes ou complementações, sempre que julgar necessário;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, projetos ou obras executadas em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou obrigações assumidas pela CONTRATADA, determinando a sua correção ou reexecução, sem ônus adicional para a Administração;
- c) Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução contratual, exigindo as providências cabíveis dentro dos prazos estabelecidos.

13.2.4 Medição, Pagamento e Sanções

São também obrigações da CONTRATANTE:

- a) Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, observada a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais;

- b) Efetuar o pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização;
- c) Aplicar as **sanções administrativas cabíveis**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato, em caso de inexecução total ou parcial, atraso, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.2.5 Cooperação Institucional e Apoio à Execução

Incumbe ainda à CONTRATANTE:

- a) Prestar apoio institucional à execução do contrato, incluindo a liberação de frentes de serviço, articulação com outros órgãos municipais e fornecimento tempestivo das informações sob sua responsabilidade;
- b) Garantir o acesso da CONTRATADA às áreas autorizadas para execução dos serviços, observadas as condições legais, ambientais e urbanísticas aplicáveis;
- c) Atuar de forma coordenada com a CONTRATADA, preservando a autonomia técnica desta, sem prejuízo do exercício regular da fiscalização e do controle administrativo.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A gestão e fiscalização dos serviços serão realizadas pela Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, para verificação do cumprimento das Cláusulas Contratuais e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante a CONTRATANTE;
- b) Competirá a função fiscalizadora, representando a CONTRATANTE diante da CONTRATADA no curso da implementação do presente CONTRATO e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante o CONTRATANTE;

- c) Competirá proceder o acompanhamento da execução dos serviços prestados, o qual atestará em termos definitivos, sua conclusão;
- d) O instrumento de Ordem de Serviço será expedido pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, que instruirá a execução progressiva dos trabalhos e que documentarão as comprovações dos serviços quando realizados, estabelecendo expressamente a relação e prazos para execução dos serviços autorizados.

15. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

- a) Os preços usados na elaboração do orçamento se mantiveram em estrita conformidade com as composições de preços e encargos sociais de sua origem;
- b) Os encargos sociais SINAPI, anexos a planilha orçamentária, só foram utilizados nas composições de preço da base SINAPI;
- c) Para elaboração da proposta de preço, a empresa deverá usar preferencialmente o encargo social SINAPI do período da licitação ou, caso possua, deverá apresentar seu próprio cálculo de encargo social;
- d) Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, Normas Específicas, Legislação em vigor, Especificações, Considerações Especiais e Planilhas Orçamentárias;
- e) Ao final da fase de lances, caso a empresa arrematante, quando convocada para apresentação da proposta realinhada, deverá encaminhar à Administração, por meio eletrônico e no prazo fixado na convocação e nesse edital, as planilhas devidamente reelaboradas: Planilha de orçamento, Composição dos custos unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Eventograma, Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), Detalhamento dos Encargos Sociais (ES), e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.).

Na apresentação da proposta deverá constar, além dos documentos e informações indicadas acima, os seguintes documentos:

- Eventograma - O licitante deve apresentar o Eventograma devidamente preenchido com os valores em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas (serviços preliminares e administração da obra, entre outros) necessárias à plena elaboração dos Projetos Executivos e da Execução da Obra, conforme objeto da licitação;
- Cronograma - O licitante deve apresentar o Cronograma-físico financeiro devidamente preenchido com os valores em moeda corrente nacional conforme a planilha de macroserviços referencial;
- Planilhas de Referência por Macroserviços – A planilha de Referência foi formulada por macroserviços. O valor da proposta financeira terá o custo global máximo conforme previsto na planilha de referência constante no Apêndice deste Termo de Referência, devendo ser organizada de acordo com o modelo apresentado. A Matriz de Risco, desenvolvida especificamente para esta obra, resultou numa Taxa de Risco (ou reserva de contingência) conforme o orçamento de referência;

f) As planilhas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente em:

- Em arquivo PDF pesquisável (OCR), a ser anexado na plataforma eletrônica; e
- Em arquivo editável em formato Excel, a ser encaminhado, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao.obras@camacari.ba.gov.br.

O não atendimento integral das exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta e a convocação do próximo licitante classificado, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis;

g) As composições e a planilha de preços unitários devem ser calculadas de forma que os valores totais referentes às parcelas que as compõem sejam obtidos com arredondamento em 02 (duas) casas decimais;

h) A composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deverá ser elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, com arredondamento de 02 (duas) casas decimais, e sua composição deverá seguir também a determinação da Lei Federal N.º 14.973 de setembro de 2024;

i) Percentual de ISS indicado no modelo de composição de BDI, considerando as margens de alíquota previstas no Código Tributário Municipal, consideradas as possíveis deduções. Deste modo, em conformidade ao Acórdão 2622/2013 – Plenário, a Licitante deve indicar no seu BDI, percentual de custo com ISS, observando a alíquota que lhe é pertinente. A sua base de cálculo efetiva, deverá estar embasada na legislação municipal aplicável, e em sua realidade de custos com este tributo, considerando inclusive sua opção quanto a deduções ou não de materiais, vedada a alteração de critério durante a execução do Contrato sob pena de imposição de sanções previstas no instrumento contratual;

j) Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários, inclusive as remunerações decorrentes da prestação serviço em horas extras por parte dos empregados da Contratada, além de encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e de terceiros. Deverão estar incluídos ainda valores com organização de CIPA e demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados;

m) O reajustamento quando ocorrer, terá a data-base do orçamento da licitação como referência, conforme previsto na Lei Federal Nº 14.133/21;

16. SANÇÕES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, de qualquer cláusula ou condições do CONTRATO, e demais normas técnicas pertinentes, a CONTRATADA sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções que poderão ser cumulativas nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública, e rescisão do CONTRATO, tudo em acordo com a Lei Federal Nº 14.133/2021. A CONTRATADA, após a fase da adjudicação e celebração do CONTRATO, havendo descumprimento deste, fica sujeita às penalidades previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021.

As infrações serão consideradas reincidentes se no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da última sanção administrativa, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo aplicação em dobro das multas correspondentes.

O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como por infringência das obrigações contratuais, ensejará a aplicação de multas.

O não envio, no prazo e na forma estabelecida neste Projeto Básico da Garantia de Proposta, as licitantes que participaram do processo, sofrerão processos de sanções, na forma prevista na Lei supracitada, no que couber.

17. ANEXO I - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO

17.1 INTRODUÇÃO

Para a apresentação da Proposta Técnica, a Licitante, a partir das informações técnicas fornecidas neste Termo de Referência e de outras fontes de pesquisa a seu critério, deverá demonstrar que possui pleno conhecimento do Empreendimento, do escopo desta licitação, dos projetos disponíveis, das obras a serem realizadas, da região de implantação das obras e de sua complexidade. Deverá ainda comprovar que a empresa tem experiência nos serviços integrantes desta concorrência bem como que dispõe de equipe técnica habilitada e recursos materiais adequados para a assunção da empreitada.

- Critérios de pontuação da proposta técnica:

A Nota Técnica (NT), é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida através da fórmula abaixo, que será calculada com base nos critérios definidos em seguida:

$$\underline{\underline{NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4}}$$

Onde:

1. **NT:** Nota Técnica;
2. **NT1:** Somatório de pontos adquiridos pela experiência da proponente - Experiência Específica da Empresa;

3. **NT2:** Somatório de pontos adquiridos pela proponente - Conhecimento do Problema;
4. **NT3:** Somatório de pontos adquiridos pela proponente - Plano de Trabalho;
5. **NT4:** Somatório de pontos adquiridos por cada profissional - Equipe Técnica;

A composição da Nota Técnica e a distribuição de notas de seus itens constituintes, é apresentada no quadro que se segue:

COMPOSIÇÃO DA NOTA TÉCNICA: NT	
CONTEÚDO	NOTA MÁXIMA
EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA EMPRESA	40
CONHECIMENTO DO PROBLEMA	15
PLANO DE TRABALHO	15
EQUIPE TÉCNICA	30

As propostas técnicas deverão atender a itemização apresentada em seguida juntamente com a definição dos itens componentes da NOTA TÉCNICA:

NT1: EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA EMPRESA (nota máxima = 40 pontos)

A Nota Técnica da Experiência Específica da Empresa (ou Capacidade Técnica da Licitante), será a soma das notas dos itens discriminados na tabela que se segue, cujas pontuações serão definidas em função dos atestados apresentados pelo Licitantes. Os atestados deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados por entidade profissional competente através de Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT(s).

ITENS DE SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS		UND.	MÍNIMO ACEITÁVEL	QUANT. APRESENTADA	PT.
GRUPO 1 – PROJETOS – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA:					
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA INCLUINDO PROJETO GEOMÉTRICO, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, CALÇADA E CICLOVIA	M2	63.950,75	63.950,75<= m2 de obra<= 95.926,12	2,00
				95.926,12<= m2 de obra <= 127.901,50	4,00
				m2 de obra>= 127.901,50	6,00
2	ELABORAÇÃO DE PROJETOS TOPOGRÁFICOS, GEOLÓGICOS E AMBIENTAIS	M2	30.000,00	30.000<= área <= 45.000	2,00
				45.000<= área <= 60.000,00	4,00
				Área >= 60.000,00	6,00
GRUPO 2 – OBRAS CIVIS – EXECUÇÃO DE OBRAS DE:					
3.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO FLEXIVEL	M2	34.175,48	34.175,48<= m2 de obra<= 51.263,22	2,00
				51.263,22<= m2 de obra <= 68.350,96	4,00
				m2 de obra>= 68.350,96	8,00

3.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO SEMI FLEXIVEL	M2	10.162,48	10.162,48<= m2 de obra<= 15.243,72	2,00
				15.243,72<= m2 de obra <= 20.324,95	4,00
				m2 de obra>= 20.324,96	8,00
3.3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO RIGIDO	M2	5.321,02	5.321,02	2,00
				<= m2 de obra<= 7.981,53	
				7.981,53<= m2 de obra <= 10.642,04	4,00
4	EXECUÇÃO DE OBRA DE ARTE TIPO PONTE E/OU VIADUTO EM CONCRETO ARMADO	M2	871,59	871,59<= m2 de obra<= 1.307,38	1,00
				1.307,38<= m2 de obra <= 1.743,18	2,00
				m2 de obra>= 1.743,18	4,00
MÁXIMO DE PONTOS					40,00

Todos os itens acima deverão ser obrigatoriamente comprovados através de atestados, podendo somar vários atestados por item de pontuação. A Licitante que obtiver NT1 inferior a 60% de 40 pontos será desclassificada.

Atestados de obras e serviços executados provenientes de atuações em Consórcio deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT's, emitidas em nome das empresas consorciadas e deverão citar especificamente o percentual de participação de

cada uma na relação partilhada ou termo de constituição de consórcio bem como os serviços e as respectivas quantidades executadas por cada consorciado.

Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço, deverão ser apresentados os documentos a seguir:

- I. Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- II. Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- III. Contrato firmado entre o contratado principal e o Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA

NT2: CONHECIMENTO DO PROBLEMA (nota máxima= 15 pontos)

Neste item, a Licitante deverá demonstrar que está plenamente inteirada sobre o objeto contratual desta licitação, englobando as peculiaridades da empreitada e os serviços de Projetos e de Obras que se propõe executar. Deverá demonstrar pleno conhecimento do projeto (Anteprojeto) que norteia esta concorrência e das obras e intervenções nele previstas. Deverá também comprovar que conhece o Empreendimento que é apenas uma parte, incluindo sua ambientação e peculiaridades.

As Licitantes deverão apresentar “Relatório de Conhecimento do Problema”, elaborado em texto claro e objetivo, utilizando papel tamanho A4, fonte Arial tamanho 12, espaçamento 1,5 e versando no mínimo, sobre os seguintes tópicos:

Empreendimento vs. Justificativas: a Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento do Empreendimento, das suas justificativas motivadoras e da importância deste empreendimento;

Projetos e Obras: a Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento do Anteprojeto de Engenharia apresentado como Solução Base, bem como das obras que compõem o mesmo, incluindo suas caracterizações;

Área de Implantação das Obras e suas Peculiaridades: a Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento da área de implantação do empreendimento e perfeito entendimento das ações a serem desenvolvidas no sentido de promover a melhor convivência possível entre as obras e a população usuária local;

Interferências: a Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento das interferências, cadastradas ou não, passíveis de impactar os trabalhos no decorrer da implantação das obras. A Licitante deverá elaborar sobre soluções aplicáveis em qualquer dos casos;

Pontos Críticos: a Licitante deverá elencar os principais pontos críticos identificados, no seu entendimento, no que se refere às obras a serem conduzidos pela mesma, caso se saírem vencedoras da licitação. Deverá elaborar sobre possíveis ações a serem envidadas no sentido de evitar ou mitigar efeitos negativos para o desenvolvimento dos trabalhos.

A nota técnica do Conhecimento do Problema será definida em função dos desempenhos dos Licitantes ao demonstrarem domínio sobre os tópicos acima relacionados que serão pontuados de acordo com a distribuição definida na tabela que se segue:

PONTUAÇÕES DA NT2: CONHECIMENTO DO PROBLEMA		
NOTA MÁXIMA = 15 PONTOS		
CONHECIMENTO A SER DEMONSTRADO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
Conhecimento do Empreendimento (no seu todo) (1,50 PONTO)	OMITIDO	0
	RUIM	0,45
	BOM	1,05
	ÓTIMO	1,50
Conhecimento do Projeto e das Obras (tipologias e metodologias) que compõem (3,00 PONTOS)	OMITIDO	0
	RUIM	0,90
	BOM	2,10
	ÓTIMO	3,00
Conhecimento das Peculiaridades e Complexidade da Área da Poligonal de Implantação das Obras	OMITIDO	0
	RUIM	0,90
	BOM	2,10

(3,00 PONTOS)	ÓTIMO	3,00
Conhecimento das Interferências (cadastradas ou não) (4,50 PONTOS)	OMITIDO	0
	RUIM	1,50
	BOM	3,00
	ÓTIMO	4,50
Pontos Críticos de Obras (3,00 PONTOS)	OMITIDO	0
	RUIM	0,90
	BOM	2,10
	ÓTIMO	3,00
TOTAL DE PONTOS		15

Para determinação das notas dos itens componentes do Conhecimento do Problema, serão utilizados os critérios definidos no quadro que se segue.

CRITÉRIOS AVALIAÇÃO DOS ITENS COMPONENTES DO CONHECIMENTO DO PROBLEMA		
AVALIAÇÃO/PARÂMETROS	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Conhecimento do Problema” deixarem de ser apresentados ou possuírem conteúdos inconsistentes ou inadequados	Omitido	0 (zero)
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Conhecimento do Problema” apresentarem relativos conhecimentos técnicos, mas não demonstrarem conhecimentos suficientes para as resoluções dos problemas decorrentes das características específicas das execuções das obras em licitação.	Ruim	30% (trinta por cento do total do item)
Quando conteúdos de tópicos do quadro de “Conhecimento do Problema” apresentarem conhecimentos técnicos adequados para a resolução dos problemas decorrentes das características específicas das execuções das obras em licitação, mas apresentarem	Bom	70% (setenta por cento do total do item)

inconsistências de metodologias, ou não esgotarem adequadamente os assuntos ou outras ocorrências relacionadas ao item.		
Quando os conteúdos dos tópicos do quadro de “Conhecimento do Problema” demonstrarem pleno conhecimento técnico e contenham metodologias consolidadas, de reconhecida eficácia, evidenciando pleno domínio das condições técnicas necessárias para a condução de forma adequada das atividades que compõem o escopo da presente licitação.	Ótimo	100% (cem por cento do total do item)

A Licitante que obtiver NT2 inferior a 60% de 15 pontos será desclassificada.

NT3: PLANO DE TRABALHO (nota máxima = 15 pontos)

O Plano de Trabalho é constituído de todas as ações de planejamento das atividades objeto da Licitação e deverá identificar as atividades a serem executadas, suas metodologias, o ordenamento lógico das mesmas, os recursos/insumos a serem utilizados, bem como o planejamento temporal a ser adotado. Deverá ainda identificar as partes participantes do empreendimento bem como a forma de interação entre as mesmas.

Neste item, a LICITANTE deverá discorrer sobre sua estratégia para a execução dos serviços relativos a Projetos e Obras, envolvendo:

Identificação e descrição das atividades a serem desenvolvidas, associadas às metodologias a serem empregadas em cada uma delas;

O Plano Logístico deve ser representado por fluxograma com as atividades arranjadas em sequência lógica identificando as inter-relações entre as mesmas e entre todos os atores participantes da empreitada;

Plano de Desvios de Trânsito e Acessibilidade: planejamento estratégico de ataque às obras em consonância com acessibilidade e mobilidade de usuários locais;

Organograma Funcional proposto com a identificação das atribuições de cada função;

Plano de Mobilização da estrutura Operacional (mão-de-obra, equipamentos, acessórios, sistemas e softwares, etc.);

Cronograma físico das atuações previstas, elaborados mês a mês, com a identificação dos produtos/relatórios a serem desenvolvidos para fins de mensuração de trabalhos e medições de serviços.

A nota técnica do Plano de trabalho será definida em função dos desempenhos dos Licitantes ao atenderem aos tópicos acima relacionados que serão pontuados de acordo com a distribuição definida na tabela que se segue.

PONTUAÇÕES DA NT3: PLANO DE TRABALHO		
NOTA MÁXIMA = 15 PONTOS		
CONHECIMENTO A SER DEMONSTRADO	PONTUAÇÃO	NOTA
Identificação e descrição de atividades e suas metodologias, referentes a projetos e obras (3,00 PONTOS)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,90
	BOM (70%)	2,10
	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	3,00
Fluxograma de atividades (3,00 PONTOS)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,90
	BOM (70%)	2,10
	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	3,00
Plano de Ataque (3,00 PONTOS)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,90
	BOM (70%)	2,10

	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	3,00
Planos de desvios de trânsito e de condições de acessibilidade e de comunicações com a população da região (3,00 PONTO)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,90
	BOM (70%)	2,10
	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	3,00
Organograma funcional (1,50 PONTO)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,45
	BOM (70%)	1,05
	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	1,50
Cronograma físico (1,50 PONTO)	OMITIDO (0)	0
	RUIM (30%)	0,45
	BOM (70%)	1,05
	ÓTIMO (NOTA MÁXIMA-100%)	1,50
TOTAL DE PONTOS		15

Identificação e Descrição de Atividades e suas Metodologias, Referentes a Projetos e Obras:
Os licitantes devem descrever as atividades de cada etapa da obra e as suas respectivas metodologias construtivas.

Fluxograma de Atividades: os Licitantes devem expor de forma gráfica, como pretende equacionar as interfaces entre as várias atividades envolvidas na execução do empreendimento, incluindo as interações entre os diversos atores envolvidos no mesmo.

Plano de Ataque: O Plano de Ataque deve representar a estratégia geral executiva das atividades. Ali deverão ser representadas todas as fases das atividades e as etapas dos serviços nas suas sequências executivas. Devem integrar o Plano de Ataque todos os planos estratégicos de condução dos serviços como por exemplo: planejamentos de serviços em horários especiais; planejamento de desvios de tráfego, etc.

Os Licitantes devem apresentar um plano de como pretendem executar os serviços que integram o objeto desta licitação, considerando que as obras deverão ser atacadas em tantas frentes de serviços quanto necessárias, a fim de que o empreendimento seja concluído dentro do prazo programado.

O plano de ataque às obras deverá sempre buscar o menor impacto no fluxo de veículos e pedestres, com total segurança, bem como, o mínimo transtorno à mobilidade urbana e às atividades econômicas instaladas na região.

O Plano de Ataque deverá guardar coerência com os Cronogramas apresentados pelo Licitante, e vice-versa.

Se necessário, poderão ser utilizados elementos gráficos para melhor compreensão da proposta, pela Comissão de Licitação.

Planos de Desvios de Trânsito e de Condições de Acessibilidade e de Comunicações com a População: os Licitantes devem apresentar Estudos de Desvios no Trânsito e de Acessibilidade para o período de execução das obras, contendo no mínimo os seguintes elementos:

Plano de controle de tráfego visando manter em níveis satisfatórios a fluidez do trânsito e a segurança dos pedestres no local das obras;

Plano de informação aos usuários (motoristas e transeuntes) sobre as alterações a serem efetuadas nas circulações de veículos e pedestres, indicações de rotas alternativas, assim como, as alterações no sistema de transporte coletivo;

Definição das rotas de circulação de veículos da obra, com indicação das entradas e saídas do canteiro

Definição das rotas e acessos dos veículos prestadores de serviços públicos (limpeza urbana, iluminação, abastecimento de água, gás, etc.);

Descrição do sistema de sinalização vertical e horizontal temporária, com indicação dos elementos de sinalização que serão utilizados.

Este item deve ser apresentado de forma gráfica, utilizando sempre que possível, base cartográfica do trecho estudado e em escala de fácil leitura. Sempre que for necessário, deverá ser utilizado texto complementar para esclarecimentos quanto à solução proposta.

No Plano de Comunicações a proponente deverá contar em sua estrutura funcional com profissional da área de comunicações que deverá ser encarregado da relação com o público usuário da região. Neste sentido, a proponente deverá apresentar plano de ações a serem desenvolvidas durante a execução dos trabalhos, visando manter um canal de comunicações aberto com a população, visando mantê-la adequadamente informada e atualizada sobre todas as ações das obras, notadamente daquelas que possam causar interferências no dia a dia da mesma.

Organograma Funcional: deverá ser apresentado graficamente, a estrutura administrativa (pessoal, material e equipamentos) que será disponibilizada para a consecução do objeto, no mínimo com:

Organograma funcional;

Cronograma de permanência de mão de obra direta e indireta indicando os recursos humanos alocados para administração local, em campo e laboratórios;

Cronograma de permanência de equipamentos, indicando os recursos materiais alocados em campo e laboratórios;

Estrutura Independente de Controle de Qualidade de Projetos — CQP: a Licitante proponente deverá submeter todos os projetos a um processo de CQP, previamente ao encaminhamento dos mesmos para a CONTRATANTE para aprovação.

Cronograma Executivo: o cronograma deverá ser elaborado em software compatível com o MS PROJECT®, devendo ser apresentado em via impressa, em conformidade com os serviços

descritos nos Cronogramas apresentados pela Contratante em sua proposta, explicitando os prazos de início e fim de cada atividade.

Para determinação das notas dos itens componentes do Plano de Trabalho, serão utilizados os critérios definidos no quadro que se segue.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ITENS		
COMPONENTES PLANO DE TRABALHO		
AVALIAÇÃO/PARÂMETROS	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Plano de Trabalho” deixarem de ser apresentados ou possuírem informações incorretas.	Omitido	0 (zero)
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Plano de Trabalho” apresentarem texto que atende parcialmente ao exigido no Edital.	Ruim	30% (trinta por cento do total do item)
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Plano de Trabalho” apresentarem exposição sucinta dos aspectos envolvidos no objeto, coerente com o Edital, demonstrando a forma como se realizarão os trabalhos, sem maiores detalhes.	Bom	70% (setenta por cento do total do item)
Quando quaisquer dos itens relacionados no quadro de “Plano de Trabalho” apresentarem exposição detalhada dos aspectos envolvidos no objeto, coerente com o Edital, demonstrando com clareza a forma como se realizarão os trabalhos, as atividades necessárias, o relacionamento das atividades e o tempo previsto para a realização das etapas.	Ótimo	100% (cem por cento do total do item)

A Licitante que obtiver NT3 inferior a 60% de 15 pontos será desclassificada.

NT4: EQUIPE TÉCNICA (nota máxima = 30 pontos)

A Licitante deverá indicar a Equipe Técnica atendendo aos condicionantes em termos de currículos e atestados, conforme definido adiante:

Os currículos somente serão avaliados se apresentados com declaração pessoal do profissional comprometendo-se a realizar os serviços pelo prazo total do contrato, caso este seja adjudicado à Licitante.

A nota deste item será o resultado da fórmula a seguir:

$$NT4 = N [\text{Coordenador / Responsável Técnico / Gerente de Contrato}] + N [\text{Equipe de Técnica de Nível Superior}]$$

As equipes técnicas consideradas no planejamento do órgão licitante para a realização dos trabalhos terão constituições e qualificações dos seus integrantes conforme indicado a seguir:

a) N [Coordenador / Responsável Técnico / Gerente de Contrato] (nota máxima = 12 pontos)

O Coordenador / Responsável Técnico / Gerente de Contrato deverá ser Engenheiro Civil. O currículo do profissional deverá incluir trabalhos realizados em coordenação, responsabilidade técnica ou gerência de contrato em contratos de serviços de engenharia iguais ou similares aos que compõem esta licitação.

O profissional que não atender as condições acima terá pontuação igual a ZERO. Somente o profissional que preencher os requisitos acima citados, estará habilitado, para efeito desta licitação, a ser pontuado pela apresentação de atestado(s) de trabalho(s) realizado(s), independentemente de tempo de atuação, na forma descrita abaixo. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico – CAT).

NOTA DO COORDENADOR - ELEMENTOS PARA PONTUAÇÃO	(Nota Máxima =12 pontos)	
COORDENAÇÃO E/OU RESPONSABILIDADE TÉCNICA E/OU GERÊNCIA DE CONTRATO E/ OU EXECUÇÃO EM CONTRATO(S) DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	NOTA MÁXIMA

INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA, INCLUINDO EXPERIÊNCIAS, CONFORME DESCRITO ABAIXO:		
Obras de artes Especiais (Ponte, elevados e/ou viadutos) área mínima de 400,00m ² por atestado	3	6
Passagens subterrâneas (mergulho/tricheira/Túnel), quantidade mínima de 1 obra	3	6

Para fins de atendimento ao quadro de Coordenador/Responsável Técnico/Gerente de Contrato, os atestados de capacidade técnica exigidos deverão estar vinculados a um único profissional, sendo vedada a composição por meio de múltiplos profissionais. Ressalta-se, contudo, que não é necessário que todos os serviços estejam contemplados em um único atestado, admitindo-se a apresentação de mais de um atestado, desde que todos sejam atribuídos ao mesmo profissional. Para os demais quadros técnicos, será permitida a composição mediante a indicação de mais de um profissional para atendimento aos respectivos requisitos.

O Licitante que zerar a pontuação em qualquer destes itens será desclassificado.

N [Equipe Técnica de Nível Superior] (nota máxima = 18 pontos)

A nota da Equipe Técnica de Nível Superior será o resultado da soma das notas dos itens C1 + C2 apresentadas adiante.

Os engenheiros deverão atender às condições de tempo mínimo de graduação (tmg) associadas a registros obrigatórios no CREA conforme definido abaixo. Deverão ter também, atuações nas áreas discriminadas em seguida e serão pontuados com base na apresentação de atestado(s) de trabalho(s) realizado(s) emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico — CAT) seguindo o critério de pontuação apresentado adiante.

Os profissionais da Equipe Técnica de Nível Superior deverão ser Engenheiro(s) conforme qualificações descritas adiante. Os currículos destes profissionais deverão comprovar atuação(ões) compatível(is) com as funções para as quais estarão apontados nesta Licitação.

O profissional que não atender as condições acima terá pontuação igual a ZERO. Somente os profissionais que preencherem os requisitos acima citados, estarão habilitados, para efeito desta licitação, a ser pontuados pela apresentação de atestado(s) de trabalho(s) realizado(s), independentemente de tempo de atuação, na forma descrita adiante. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica direito público ou privado, devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico – CAT), conforme seja a área ou subárea técnica à qual o profissional esteja relacionado.

Em seguida são relacionados os profissionais considerados na formatação deste termo de Referência, bem como, as qualificações exigidas e suas formas de pontuação.

C1. Profissional Sênior (P1) – 01 (um) (nota máxima = 9,0 pontos)

Engenheiro Civil. Profissional com experiência em projetos, será responsável pelo gerenciamento do setor de projetos e deverá apresentar atestados de Elaboração de Projetos e/ou de Gerenciamento de Projetos. Será pontuado de acordo com o atendimento dos condicionantes de atestação, relativos a projetos descritos abaixo:

C1 PROFISSIONAL SÊNIOR (P1) – ELEMENTOS PARA PONTUAÇÃO	(Nota Máxima = 9,00 pontos)	
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E/OU GERENCIAMENTO DE PROJETOS CONFORME DESCRITO ABAIXO:	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	NOTA MÁXIMA
Pavimento flexível de vias de tráfego de veículos automotores CBUQ, CAUQ área mínima de 14.000m ² por atestado	2,25	4,50
OBRAS de Contenção quantidade mínima de 800m ² por atestado	2,25	4,50

A Licitante que zerar as pontuações destes itens será desclassificada.

C2. Profissional Sênior (P1) - 01 (um) (nota máxima = 9,00 pontos)

Engenheiro Civil Profissional com atuação(ões) em execução de obras iguais ou similares ao objeto desta licitação. Será responsável pelo gerenciamento do setor de Execução das Obras e deverá apresentar atestados de execução de obras de sistema viário urbano de acordo com os condicionantes abaixo descritos e pelos quais será pontuado.

C2 PROFISSIONAL SÊNIOR (P1) – ELEMENTOS PARA PONTUAÇÃO	(Nota Máxima = 9,00 pontos)	
ENGENHEIRO CIVIL COM ATUAÇÃO(ÕES) EM EXECUÇÃO DE OBRAS, CONFORME DESCRITO ABAIXO:	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	NOTA MÁXIMA
Pavimento flexível de vias de tráfego de veículos automotores CBUQ, CAUQ área mínima de 14.000m ² por atestado	2,25	4,50
Obras de Contenção quantidade mínima de 800m ² por atestado	2,25	4,50

A Licitante que obtiver NT4 inferior a 60% de 30 pontos será desclassificada.

OBSERVAÇÕES:

A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais detentores de acervo técnico deverá ser demonstrada conforme abaixo:

Empregado: comprovação do vínculo empregatício por meio de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" e/ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS;

Sócio Diretor: comprovação por meio de contrato social ou ata de eleição de diretoria;

Consultores: neste caso os Consultores deverão emitir declaração de compromisso, devidamente assinada, de que participarão da equipe de trabalho da proponente, caso esta sagre-se vencedora da licitação;

O vínculo com o profissional detentor dos requisitos acima poderá, ainda, ser comprovado mediante apresentação de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil demonstrando-se a sua disponibilidade para efetivamente desempenhar os trabalhos quando da execução contratual.

Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que apresentarem qualquer referência a preços ou valores relativos à Proposta de Preços.

A Nota de Preço dos Serviços totalizará no máximo 100 (cem) pontos conforme critério a seguir.

Este critério será avaliado com base no custo total dos serviços, seguindo a regra de que a proposta que apresentar o menor valor obterá a melhor nota, conforme Equação abaixo:

$$NPP = (100 * MPVO) / P$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço; MPVO = Menor Preço Válido Ofertado; e P = Valor da Proposta em Exame.

Observação: As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoantes a norma da ABNT NBR 5891/1977 — Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES: NOTA FINAL

O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 60% (sessenta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 40% (quarenta por cento) totalizando um percentual de 100% (cem por cento).

A nota de PROPOSTA TÉCNICA totalizará no máximo 100 (cem) pontos conforme os critérios definidos no ANEXO I.

A Licitante deverá apresentar a Memória de cálculo da pontuação apresentada, contendo os seguintes itens:

- Experiência Específica da Empresa;

- Conhecimento do Problema;
- Plano de Trabalho;
- Equipe Técnica;

COMPOSIÇÃO DA NOTA TÉCNICA: NT	
CONTEÚDO	NOTA MÁXIMA
EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA EMPRESA	40
CONHECIMENTO DO PROBLEMA	15
PLANO DE TRABALHO	15
EQUIPE TÉCNICA	30

A nota de PROPOSTA DE PREÇOS totalizará no máximo 100 (cem) pontos, sendo o cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, conforme Equação:


$$\underline{NF = (60 * NPT + 40 * NPP) / 100}$$

Onde:

NF= Nota Final

NPT = Nota da proposta técnica

Npp = Nota da proposta de preço

Documento assinado digitalmente
 **IRIS DANTAS MIRANDA**
Data: 11/05/2026 10:16:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eng.^a Iris Dantas Miranda
Diretoria de Licitações
Mat. 838278